

No. 28522

BRAZIL
and
WORLD HEALTH ORGANIZATION
(PAN AMERICAN SANITARY BUREAU)

Agreement concerning the functioning of the regional office.
Signed at Brasília on 20 January 1983

Authentic text: Portuguese.

Registered by Brazil on 16 December 1991.

BRÉSIL
et
ORGANISATION MONDIALE DE LA SANTÉ
(BUREAU SANITAIRE PANAMÉRICAIN)

Accord relatif au fonctionnement du bureau régional. Signé à
Brasília le 20 janvier 1983

Texte authentique : portugais.

Enregistré par le Brésil le 16 décembre 1991.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E A REPARTIÇÃO SANITÁRIA PAN-AMERICANA,
PARA O FUNCIONAMENTO DO ESCRITÓRIO DE ÁREA**

O Governo da República Federativa do Brasil
(doravante denominado "Governo"), e

A Repartição Sanitária Pan-Americana
(doravante denominada "Repartição");

CONSIDERANDO que é objetivo fundamental da Repartição a "promoção e coordenação dos esforços dos países do Hemisfério Ocidental para combater as doenças, prolongar a vida e estimular o melhoramento físico e mental de seus habitantes";

CONSIDERANDO que, com o fim de realizar estes propósitos, é conveniente manter e ampliar o Escritório de Área da Repartição no Brasil;

CONSIDERANDO que, em virtude do que dispõe o Código Sanitário Pan-Americano, assinado em Havana, a 14 de novembro de 1924, e ratificado pelo Brasil, a Repartição Sanitária Pan-Americana constitui o organismo coordenador das atividades sanitárias internacionais nas Repúblicas americanas;

CONSIDERANDO que, em virtude do Acordo entre a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), assinado em 24 de maio de 1949, a Repartição Sanitária Pan-Americana, Secretariado da OPAS, tornou-se também o Escritório Regional da OMS no Hemisfério Ocidental; e

CONSIDERANDO que é conveniente formalizar um Acordo com o propósito de determinar as condições, facilidades e prerrogativas que o Governo da República Federativa do Brasil concederá à Repartição Sanitária Pan-Americana, com relação ao funcionamento de seu Escritório de Área no Brasil;

ACORDAM o seguinte:

ARTIGO I

A Repartição fica autorizada a manter na Cidade de Brasília a Sede de seu Escritório de Área, que atuará como centro de promoção, coordenação e desenvolvimento das funções estabelecidas no Código Sanitário Pan-Americano e das atividades da Organização Pan-Americana da Saúde e da Organização Mundial da Saúde no território brasileiro e em países vizinhos que estejam compreendidos na órbita de influência estabelecida para o referido Escritório.

ARTIGO II

O Escritório de Área será parte integrante da Repartição e terá o status jurídico, as prerrogativas e as imunidades que se aplicam à Repartição, conforme se especifica neste Acordo.

ARTIGO III

A Repartição, seus bens e ativo, gozarão de imunidade de todas as formas de processo legal, exceto na medida em que, em qualquer caso determinado, houver expressamente renunciado a sua imunidade. Fica entendido, porém, que nenhuma renúncia de imunidade se estenderá a qualquer medida de execução.

ARTIGO IV

A Sede do Escritório de Área na Cidade de Brasília e os escritórios da OPAS/OMS no Brasil, seus arquivos e documentos serão invioláveis.

ARTIGO V

1. A Repartição, seu ativo e bens no Brasil estarão:
 - a) isentos de qualquer imposto direto. Fica, todavia, entendido que a Repartição não poderá solicitar isenção de impostos que não sejam mais do que uma simples remuneração dos serviços de utilidade pública;
 - b) isentos de qualquer direito de alfândega, proibição ou restrição de importação ou exportação para objetos importados ou exportados pela Repartição para seu uso oficial. Fica entendido, todavia, que os artigos importados de acordo com essa isenção não serão vendidos no território brasileiro, a menos que o sejam conforme as normas vigentes;
 - c) isentos de todo direito de alfândega e de toda proibição ou restrição de importação e exportação para suas publicações oficiais.

2. A Repartição gozará, no que diz respeito a tarifas postais, de tratamento não menos favorável que o tratamento concedido a qualquer outro Governo, inclusive a missão diplomática deste.

ARTIGO VI

O Diretor da Repartição, ou seu representante devidamente autorizado, comunicará ao Governo os nomes dos funcionários e do pessoal internacional a que correspondem as prerrogativas mencionadas neste Acordo.

ARTIGO VII

Os representantes, funcionários da Repartição e o pessoal internacional que para ela trabalharem no Brasil:

- a) serão imunes de processo legal quanto às palavras faladas ou escritas e a todos os atos por eles executados na sua qualidade oficial;
- b) gozarão de isenção de impostos, quanto aos salários e vencimentos a eles pagos pela Repartição e em condições idênticas às de que gozam os funcionários das Nações Unidas;
- c) terão direito de importar, com isenção de direitos, seus móveis e objetos, quando assumirem pela primeira vez o seu posto no Brasil.

ARTIGO VIII

Não gozarão das imunidades previstas no Artigo precedente, itens "a" e "c", as pessoas nele enumeradas que forem de nacionalidade brasileira.

ARTIGO IX

A Repartição tomará as medidas necessárias para a solução adequada de:

- a) disputas que se originem de contratos e outras questões de direito privado em que a Repartição seja parte;
- b) disputas em que seja parte qualquer funcionário ou membro da Repartição que goze de imunidade, por sua posição oficial, no caso do Diretor não renunciar à mesma, de acordo com o Artigo X.

ARTIGO X

1. Os privilégios e imunidades são concedidos aos funcionários, representantes ou pessoal internacional da Repartição apenas no interesse da mesma, e não para benefício pessoal dos próprios indivíduos.

2. A Repartição terá o direito e o dever de renunciar à imunidade de qualquer funcionário, representante ou pessoal internacional em qualquer caso em que a imunidade impeça o andamento da justiça e possa ser dispensada sem prejuízo para os interesses da Repartição.

ARTIGO XI

1. O presente Acordo poderá ser revisto por solicitação de qualquer das Partes. Em tal caso, haverá consultas prévias sobre as modificações a serem feitas.

2. Caso as negociações não cheguem a termo dentro de um ano, o presente Acordo poderá ser rescindido ou denunciado por qualquer das Partes, mediante notificação prévia de um ano.

ARTIGO XII

O presente Acordo entrará em vigor na data em que a Repartição acusar recebimento da notificação do Governo de que o Acordo foi aprovado segundo as normas constitucionais brasileiras. Nessa data deixarã de vigorar o Acordo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Repartição Sanitária Pan-Americana para o Funcionamento do Escritório Regional da Repartição no Rio de Janeiro, concluído no Rio de Janeiro, a 27 de agosto de 1951.

Feito em Brasília, aos 20 dias do mês de janeiro de 1983, em dois exemplares, no idioma português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo
da República Federativa
do Brasil:

[Signed — Signé]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Pela Repartição Sanitária
Pan-Americana:

[Signed — Signé]

CARLOS DÁVILA

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT¹ BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE PAN AMERICAN SANITARY BUREAU CONCERNING THE FUNCTIONING OF THE REGIONAL OFFICE

The Government of the Federative Republic of Brazil (hereinafter referred to as “the Government”) and

The Pan American Sanitary Bureau (hereinafter referred to as “the Bureau”),

Considering that the basic purpose of the Bureau is “to promote and coordinate the efforts of the countries of the western hemisphere to combat disease, prolong life and foster the physical and mental well-being of their inhabitants”,

Considering that, with a view to achieving those aims, it is appropriate to maintain and enlarge the Bureau’s Regional Office in Brazil,

Considering that, in accordance with the provisions of the Pan-American Sanitary Code signed at Havana on 14 November 1924 and ratified by Brazil, the Pan American Sanitary Bureau is the coordinating body for international health activities in the American republics,

Considering that, pursuant to the Agreement between the World Health Organization (WHO) and the Pan American Sanitary Organization (PASO) signed on 24 May 1949,² the Pan American Sanitary Bureau, the Secretariat of PASO, also became the Regional Office of WHO in the western hemisphere, and

Considering that it is appropriate to conclude an agreement with a view to establishing the conditions, facilities and prerogatives to be granted by the Government of the Federative Republic of Brazil to the Pan American Sanitary Bureau in connection with the functioning of its Regional Office in Brazil,

Have agreed as follows:

Article I

The Bureau shall be authorized to maintain, in the city of Brasília, the headquarters of its Regional Office, which shall operate as a centre for the promotion, coordination and development of the functions laid down in the Pan-American Sanitary Code and of the activities of the Pan American Health Organization and the World Health Organization in Brazilian territory and in neighbouring countries included in the sphere of operations established for the aforementioned Office.

Article II

The Regional Office shall form an integral part of the Bureau and shall enjoy the legal status, prerogatives and immunities accorded to the Bureau, as specified in this Agreement.

¹ Came into force on 13 March 1984, the date on which the Bureau acknowledged receipt of the notification by the Government of Brazil indicating that the Agreement had been approved pursuant to its constitutional procedures, in accordance with article XII.

² United Nations, *Treaty Series*, vol. 32, p. 387.

Article III

The Bureau, its property and its assets shall enjoy immunity from all forms of legal proceedings, except when it explicitly waives its immunity in a particular case. It is understood, however, that no waiver of immunity shall extend to any measure of execution.

Article IV

The headquarters of the Regional Office in the city of Brasília and the offices of PAHO/WHO in Brazil, their archives and their documents shall be inviolable.

Article V

1. The Bureau and its assets and property in Brazil shall be:

(a) Exempt from all direct taxes. It is understood, however, that the Bureau may not request exemption from taxes that simply represent payment for public utility services;

(b) Exempt from all customs duties and prohibitions and restrictions on the import and export of articles imported by the Bureau for its official use. It is understood, however, that articles imported under such exemption will not be sold in Brazilian territory except in accordance with the regulations in force;

(c) Exempt from all customs duties and all prohibitions and restrictions on the import and export of its official publications.

2. The Bureau shall enjoy, in respect of postal charges, treatment no less favourable than that accorded to any other Government, including the latter's diplomatic mission.

Article VI

The Director of the Bureau or his duly authorized representative shall communicate to the Government the names of the officials and international staff who are eligible for the privileges mentioned in this Agreement.

Article VII

The representatives, Bureau officials and international staff working for the Bureau in Brazil:

(a) Shall be immune from legal process in respect of words spoken or written and all acts performed by them in their official capacity;

(b) Shall enjoy exemption from taxes on salaries and emoluments paid to them by the Bureau on conditions identical to those enjoyed by staff members of the United Nations;

(c) Shall have the right to import their household and personal effects, free of duty, when they first take up their duties in Brazil.

Article VIII

Persons of Brazilian nationality listed in the preceding article shall not enjoy the immunities provided for in subparagraphs (a) and (e) thereof.

Article IX

The Bureau shall take the requisite measures for appropriate settlement of:

- (a) Disputes arising from contracts and other issues of private law to which the Bureau is a party;
- (b) Disputes involving any official or member of the Bureau who enjoys immunity by virtue of his official status, provided that such immunity has not been waived by the Director in accordance with article X.

Article X

1. Privileges and immunities shall be granted to the officials, representatives or international staff of the Bureau solely in the interest thereof and not for the personal benefit of the individuals themselves.
2. The Bureau shall have the right or the duty to waive the immunity of any official, representative of international staff member in any case in which such immunity impedes the course of justice and may be waived without prejudice to the interests of the Bureau.

Article XI

1. This Agreement may be amended at the request of either Party. In such event, prior consultations shall be held concerning the amendments to be made.
2. If the negotiations are not concluded within a year, this Agreement may be revoked or denounced by either Party, giving one year's advance notice.

Article XII

This Agreement shall enter into force on the date on which the Bureau acknowledges receipt of notification from the Government that the Agreement has been approved in accordance with Brazilian constitutional provisions. On that date, the Agreement between the Government of the United States of Brazil and the Pan American Sanitary Bureau concerning the functioning of the Regional Office of the Bureau in Rio de Janeiro, concluded in Rio de Janeiro on 27 August 1951, shall cease to have effect.

DONE at Brasília on 20 January 1983 in two copies in the Portuguese language, both texts being equally authentic.

For the Government
of the Federative Republic
of Brazil:

[Signed]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

For the Pan American
Sanitary Bureau:

[Signed]

CARLOS DÁVILO

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD¹ ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE
FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE BUREAU SANITAIRE PAN-
AMÉRICAIN, RELATIF AU FONCTIONNEMENT DU BUREAU
RÉGIONAL

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil (ci-après dénommé « le Gouvernement ») et

Le Bureau sanitaire panaméricain (ci-après dénommé « le Bureau »),

Considérant que le Bureau a pour objectif fondamental « l'encouragement et la coordination des efforts des pays de l'hémisphère occidental en vue de combattre les maladies, de prolonger la vie et de stimuler l'amélioration physique et mentale de ses habitants »,

Considérant qu'en vue d'atteindre ces objectifs, il convient de maintenir et d'agrandir le Bureau régional du Bureau au Brésil,

Considérant qu'en vertu des dispositions du Code sanitaire panaméricain, signé à La Havane le 14 novembre 1924 et ratifié par le Brésil, le Bureau sanitaire panaméricain a créé l'organisation de coordination des activités sanitaires internationales dans les Républiques américaines,

Considérant qu'en vertu de l'Accord conclu entre l'Organisation mondiale de la santé (OMS) et l'Organisation sanitaire panaméricaine (OPAS), signé le 24 mai 1949², le Bureau sanitaire panaméricain, Secrétariat de l'OPAS, est devenu également le Bureau régional de l'OMS dans l'hémisphère occidental, et

Considérant qu'il convient de conclure un Accord en vue de déterminer les conditions, facilités et prérogatives que le Gouvernement de la République fédérative du Brésil accordera au Bureau sanitaire panaméricain, en ce qui concerne le fonctionnement de son Bureau régional au Brésil,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

Le Bureau est autorisé à maintenir dans la ville de Brasília le siège de son Bureau régional, qui agira en qualité de centre de promotion, coordination et exécution des fonctions précisées dans le Code sanitaire panaméricain et des activités de l'Organisation sanitaire panaméricaine et de l'Organisation mondiale de la santé sur le territoire brésilien et dans les pays voisins englobés dans la zone d'influence fixée pour ledit Bureau.

Article II

Le Bureau régional sera partie intégrante du Bureau et jouira du statut juridique, des prérogatives et des immunités reconnus au Bureau, conformément aux dispositions du présent Accord.

¹ Entré en vigueur le 13 mars 1984, date à laquelle le Bureau a reçu une notification du Gouvernement brésilien indiquant que l'Accord avait été approuvé selon ses procédures constitutionnelles, conformément à l'article XII.

² Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 32, p. 387.

Article III

Le Bureau, ses biens et avoirs, jouiront de l'immunité de toute forme de poursuites, excepté dans la mesure où, dans un quelconque cas déterminé, le Bureau aurait expressément renoncé à son immunité. Il est toutefois entendu qu'aucune levée d'immunité ne s'étendra à une quelconque mesure d'exécution.

Article IV

Le siège du Bureau régional dans la ville de Brasília et les bureaux de l'OPAS/OMS au Brésil, leurs archives et leurs documents, sont inviolables.

Article V

Le Bureau, ses avoirs et ses biens au Brésil sont :

a) Exonérés de tous impôts directs; étant entendu toutefois que le Bureau ne pourra demander l'exemption d'impôts qui ne seraient qu'une simple rémunération des services d'utilité publique;

b) Exonérés de tout droit de douane direct, interdiction ou restriction à l'importation ou à l'exportation pour les articles importés ou exportés par le Bureau pour son usage officiel; étant entendu toutefois que les articles ainsi importés en franchise ne seront pas vendus sur le territoire brésilien, si ce n'est conformément aux règlements en vigueur;

c) Exonérés de tout droit de douane direct et de toute interdiction ou restriction à l'importation et à l'exportation pour les publications officielles du Bureau.

2. Le Bureau jouira, en ce qui concerne les tarifs postaux, d'un traitement non moins favorable que celui qui est accordé à tout autre Gouvernement, y compris à sa mission diplomatique.

Article VI

Le Directeur du Bureau, ou son représentant dûment autorisé à cet effet, communiquera au Gouvernement les noms des fonctionnaires et du personnel international auxquels s'appliquent les prérogatives mentionnées dans le présent Accord.

Article VII

Les représentants et fonctionnaires du Bureau et le personnel international travaillant pour le Bureau au Brésil :

a) Bénéficient de l'immunité de toutes poursuites en ce qui concerne leurs paroles ou écrits et tous les actes accomplis dans l'exercice de leurs fonctions officielles;

b) Jouissent de l'exonération d'impôts, en ce qui concerne les traitements et émoluments qui leur sont versés par le Bureau et dans des conditions identiques à celles dont jouissent les fonctionnaires des Nations Unies;

c) Ont le droit d'importer en franchise leur mobilier et leurs effets personnels, lorsqu'ils prennent possession pour la première fois de leurs fonctions au Brésil.

Article VIII

Ne jouissent pas des immunités prévues aux alinéas a et c de l'article qui précède, les personnes énumérées dans ledit article qui seraient de nationalité brésilienne.

Article IX

Le Bureau prendra les mesures nécessaires pour régler de manière adéquate :

a) Les différends soulevés par des contrats ou autres questions de droit privé auxquels le Bureau serait partie;

b) Les différends auxquels serait partie tout fonctionnaire ou membre du Bureau jouissant de l'immunité de par sa situation officielle, au cas où le Directeur ne renoncerait pas à ladite immunité, conformément aux dispositions de l'article X.

Article X

1. Les privilèges et immunités sont accordés aux fonctionnaires, représentants ou membres du personnel international du Bureau, exclusivement dans l'intérêt du Bureau et non en vue de l'avantage personnel des bénéficiaires.

2. Le Bureau a le droit et le devoir de renoncer à l'immunité de tout fonctionnaire, représentant ou membre du personnel international dans tous les cas où l'immunité entraverait le fonctionnement de la justice et pourrait être levée sans préjudice pour les intérêts du Bureau.

Article XI

1. Le présent Accord pourra être révisé à la demande de l'une quelconque des Parties. En pareil cas, des consultations préalables auront lieu concernant les modifications qui pourraient y être apportées.

2. Au cas où les négociations ne seraient pas parvenues à leur terme dans un délai d'un an, le présent Accord pourra être résilié ou dénoncé par l'une quelconque des Parties, moyennant notification préalable un an à l'avance.

Article XII

Le présent Accord entrera en vigueur à la date à laquelle le Bureau accusera réception de la notification par le Gouvernement que l'Accord a été approuvé conformément aux dispositions constitutionnelles du Brésil. A la même date, l'Accord conclu à Rio de Janeiro le 27 août 1951, entre le Gouvernement des Etats-Unis du Brésil et le Bureau sanitaire panaméricain pour le fonctionnement du Bureau régional du Bureau de Rio de Janeiro, cessera d'être en vigueur.

FAIT à Brasília, le 20 du mois de janvier 1983, en deux exemplaires, en langue portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative
du Brésil :

[Signé]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Pour le Bureau sanitaire
panaméricain :

[Signé]

CARLOS DÁVILA

